

Gestação de substituição e redes sociais: desafios à pesquisa qualitativa no meio digital¹

Ana Carolina Lessa Dantas (UnB)

Resumo

A expansão e a popularização do acesso à internet vivenciadas nas últimas décadas promoveram uma série de mudanças na forma de interagir socialmente. Para os etnógrafos, isto implicou em uma necessária adaptação de ferramentais, levando ao surgimento do que hoje se conhece como etnografia virtual. A partir desta metodologia, o presente trabalho objetivou analisar o grupo de Facebook “Barriga de aluguel, solidária e coparentalidade”, espaço nas redes sociais que reúne atores interessados em diferentes formas de reprodução artificial e de parentalidades. Dentre estas, deteve-se nas postagens associadas à gestação de substituição e, especialmente, à barriga de aluguel, prática ilícita no Brasil, buscando-se apresentar reflexões iniciais a respeito das manifestações e interações identificadas.

Palavras-chave: Gestação de substituição; Redes sociais; Antropologia digital; Etnografia virtual.

Introdução

Desde seu surgimento em 1985, a gestação de substituição tem sido um importante instrumento para a concretização do planejamento familiar, seja para casais homoafetivos, seja para mulheres incapazes de levar uma gravidez a termo (OLIVEIRA, 1992). Tradicionalmente, a prática está associada ao meio biomédico, sendo regida, desde 1992, não por leis ordinárias, mas por resoluções do Conselho Federal de Medicina (atual Resolução nº 2.168/2017).

As normativas do Conselho, embora determinem parâmetros de atuação para profissionais de saúde dentro do ambiente clínico, não conseguem alcançar os arranjos familiares e de parentalidade que, há muitos anos, se estabelecem informalmente no Brasil – vide, por exemplo, o instituto da adoção à brasileira.

¹ Trabalho apresentado no GT.10 (Famílias e fronteiras da legalidade) do VI ENADIR – Encontro Nacional de Antropologia do Direito, agosto/2019.

Com a popularização dos meios de comunicação em massa e das mídias sociais, atores interessados nestas diferentes formas de composição familiar passaram a migrar dos acordos *tête-à-tête* para os espaços virtuais, a fim de trocar experiências e informações.

Não são incomuns nestes espaços os relatos acerca da barriga de aluguel – gestação de substituição que envolve prestação pecuniária, atualmente proibida no Brasil – e nem, tampouco, as postagens que anunciam a oferta de tal “serviço”. Diante deste fenômeno, parece ser fundamental uma investigação voltada à compreensão destas manifestações no meio virtual, de forma a entender como elas refletem os perfis socioeconômicos, as identidades e as motivações dos sujeitos (principalmente das mulheres) que circulam nestas comunidades.

Utilizando-me do ferramental oferecido pela etnografia virtual, propus-me a analisar, como principal campo de investigação, as postagens do grupo de Facebook intitulado “Barriga de aluguel, solidária e coparentalidade”, maior comunidade brasileira sobre o tema identificada nas redes sociais.

Partindo da necessidade da pesquisa sobre gestação de substituição e barriga de aluguel e da observação exploratória do campo apresentado, objetivei, portanto, apresentar algumas reflexões iniciais advindas da articulação de práticas qualitativas *online* associadas aos estudos sobre parentalidades e novas tecnologias reprodutivas.

Inicialmente, foi realizado breve panorama da etnografia virtual com foco nas redes sociais para, em seguida, apresentar-se o campo de estudos propriamente dito e as análises que dele emergiram.

Etnografia virtual e redes sociais: possibilidades de exploração

Compreendida como um dos métodos mais característicos do fazer antropológico, a etnografia tradicionalmente debruçou-se sobre comunidades denominadas tribais ou primitivas (GUBER, 2001). Ao longo do tempo, seus campos de aplicação começaram a se expandir, passando os instrumentais etnográficos a compor os estudos de antropologia urbana, do trabalho, do direito, dentre tantas outras divisões.

Com o surgimento da internet enquanto novo espaço de interação, não tardaram a surgir estudos que buscaram compreender como poderiam ser pensadas essas novas sociabilidades

virtuais. Mais do que isso, passou-se a questionar como este novo mundo *online* poderia influenciar seu paralelo *offline* (HINE, 2000; JONES, 1998; ESCOBAR, 2016).

Se, em um primeiro momento, a literatura sobre a internet a compreendia como um “cyberespaço”, isto é, como um lugar monolítico onde indivíduos poderiam ou não estar, hoje a tendência é pensá-la como um emaranhado de novas tecnologias, adotadas por pessoas diversas, e em diferentes localizações do mundo real (MILLER; SLATER, 2001). Nas palavras de Murthy (2008), “[...] com a introdução de novas tecnologias, as histórias continuaram vividas, mas a forma de contá-las mudou” (p. 838, tradução própria).

Parece claro que as inovações digitais alteraram, de alguma forma, o que entendíamos como *status quo ante*. Mas como? A esta pergunta, Hine (2015) acrescenta as seguintes: “a internet mudou nossas vidas? Ela mudou, fundamentalmente, quem somos? Ela reduziu as desigualdades sociais ou, ao contrário, fez emergirem novas formas de privilégio? [...] A internet criou novas formas de identidade ou nos permitiu ser quem somos de forma melhor?” (p. 1, tradução própria).

O fato de não existirem respostas óbvias para todas estas questões não deve coibir, porém, o trabalho dos que por elas buscam. Neste sentido, Miller e Slater (2001) afirmam que não há nada a perder – e tudo a ganhar – com o surgimento de abordagens etnográficas acerca de como as novas tecnologias estão sendo compreendidas e assimiladas por determinados grupos de indivíduos. O caráter virtual ou não dos *loci* estudados, portanto, seria irrelevante para determinar a validade de uma pesquisa etnográfica.

Para Becker (2014), tanto a pesquisa quantitativa quanto a qualitativa cultivam, entre si, um número maior de semelhanças que de diferenças, uma vez que ambos os métodos partem da mesma base epistemológica, estando preocupados em responder questões sobre como as sociedades funcionam e se organizam. No caso da etnografia virtual, fenômeno similar acontece: não apenas as bases epistêmicas são as mesmas, mas as perguntas que se procuram responder poderiam ser igualmente colocadas em um ambiente *offline*, se este existisse. Neste sentido, Guimarães Jr (2005) também aponta uma qualidade semelhante entre os espaços *on* e *off*: a dificuldade em lidar com a massiva diversidade de experiências sociais e humanas.

Esta não é a única dificuldade da etnografia virtual, contudo. Enquanto campo de comunicação mediada por excelência (RECUERO, 2009), a internet tornaria a tarefa de observação duplamente árdua. Ainda que não de forma absoluta, a mediação entre atores (por

aparelhos, sistemas, redes e códigos próprios) pode servir como obstáculo à compreensão de situações, bem como ao entendimento do que estas representam para seus participantes (HINE, 2015).

Para Stirling (2016), porém, não é adequado às ciências humanas, atualmente, considerar a comunicação mediada um ponto fora da curva. Ao contrário, a internet está de tal forma integrada à vida cotidiana de nossos tempos que é desejável que os pesquisadores observem a mediação como fenômeno *mainstream*, usual.

Na concepção de Hart (2004), ainda, toda comunicação, seja a troca de palavras ou de dinheiro, guarda em si um elemento virtual, um meio simbólico que indica determinados significados compartilhados entre indivíduos. Estas funções virtuais normalmente envolvem um exercício de imaginação, uma habilidade de construir sentidos que ultrapassem o *gap* entre símbolo e realidade. A revolução digital seria marcada por uma extrapolação dessa habilidade imaginativa ou, em outros termos, pelo desejo de replicar à distância ou via computadores as experiências que normalmente associamos a encontros cara a cara.

Outra crítica recorrente à aplicação de métodos etnográficos na internet diz respeito à questão da autenticidade. Uma vez que as redes sociais permitem a criação de perfis falsos – ou a atribuição de falsas características a perfis supostamente “reais” – questiona-se a possibilidade de apreensão de manifestações espontâneas.

Acerca desta questão, Machado (2017) defende que todas as relações, mesmo aquelas face a face, são mediadas por interjeições, gestualidades e sistemas sígnicos. Este conjunto de representações não apenas seria natural à ação humana, mas comporia o sistema de papéis sociais que se organizam no fluxo social. A busca por autenticidade na antropologia, dentro ou fora do meio virtual, seria, portanto, um esforço em vão.

Ainda neste sentido, é necessário atentar para o fato de que a falseabilidade de informações é uma característica intrínseca ao campo, devendo ser lida, assim, como um pressuposto a ser assumido pelos etnógrafos desde o momento de formulação das perguntas de pesquisa até o de análise dos dados. Os elementos *fake* – a forma que assumem, o que os motiva, os traços que os diferenciam de elementos “reais” – fazem parte, portanto, da complexidade do campo simbólico a ser investigado (GUIMARÃES JR, 2005).

Por fim, é essencial à pesquisa etnográfica fugir da tentativa de classificação das tecnologias como fenômenos moralmente qualificados *a priori*. Para Machado (2017), a

dialética da cultura digital propõe que, além de produzir localismos e universalismos, também seus efeitos serão contraditórios, positivos e negativos. Para a etnografia, contudo, estas consequências não podem ser presumidas.

Quanto aos instrumentos e técnicas de pesquisa propriamente ditos, sabe-se que, tradicionalmente, não existem fórmulas e manuais que determinem um passo-a-passo para a pesquisa etnográfica (BAPTISTA, 2017), que deve estar sempre disposta à adaptação a partir das necessidades detectadas em campo.

A despeito disto, Hine (2000) apresenta dois métodos básicos para etnografia virtual: a observação participante silenciosa (não interativa ou *lurker*) e a observação ativa (interativa ou *insider*). Ambos os métodos podem ser utilizados para o estudo de um mesmo objeto, desde que em momentos diferentes.

Neste trabalho, optei por utilizar somente a observação não interativa. Para Hine (2015), a escolha deste método não implica, contudo, na ausência do etnógrafo no campo:

Etnógrafos em ambientes virtuais precisam se tornar efetivamente presentes, chegando ao ponto de serem aceitos dentro da comunidade, sendo capazes de observar eventos e de interagir com outros participantes na medida da possibilidade e da conveniência [...] um etnógrafo no Facebook, por exemplo, estará presente ao criar uma página pessoal no Facebook e, em seguida, ao fazer escolhas sobre aspectos de sua identidade para sinalizar, fotografias para enviar, pessoas para adicionar e atualizações de status a fazer. (p. 71, tradução própria)

Em estudo realizado a partir de publicações no Facebook de jovens em período de transição escola-universidade, Stirling (2016) relata, por exemplo, que sua observação participante consistia, em grande medida, em sentar diante de seu computador, através do qual podia acompanhar os deslocamentos dos sujeitos da pesquisa dentro e fora do campus universitário a partir de suas postagens na rede social.

Dá se verifica, portanto, a diversidade de possibilidades que a etnografia virtual oferece para o estudo das redes sociais. “Se uma coisa, o Facebook é usado de modos muito díspares”, afirma Hine (2015), constatando que o necessário para sua boa compreensão é “[...] escrutínio rigoroso, e um tempo prolongado de trabalho imersivo, para verificar as nuances de como um grupo de pessoas faz uso de suas ferramentas. [...] nem tudo que queremos saber sobre o Facebook enquanto etnógrafos está aparentemente público em sua superfície” (p. 28).

Isto posto, partirei destas bases para a análise do campo proposto, a ser feita no tópico seguinte.

Gestação e parentalidade nas redes: o que foi dito

Como já mencionado, o universo de pesquisa delimitado para o presente trabalho foi o grupo “Barriga de aluguel, solidária e coparentalidade”, hospedado no Facebook desde 03 de agosto de 2016. Sua categoria, de acordo com o sistema da rede social, é “fechado”, o que implica que qualquer usuário pode localizá-lo através do mecanismo de busca, devendo solicitar entrada aos mediadores; para tanto, não é preciso de convite, nem tampouco é necessário responder questionamentos.

Inicialmente, o grupo chamava-se apenas “Barriga de aluguel e solidária”, tendo adotado a nova terminologia a partir de 25 de agosto de 2018. Apesar do novo título ter aumentado a abrangência dos temas, neste trabalho, optei por não adentrar nas manifestações a respeito da coparentalidade, que não só são menos numerosas como associam-se a um fenômeno que compreendo ser diferente dos demais. Se, na barriga de aluguel a na barriga solidária, a parentalidade² é um projeto inicialmente individual que demanda uma terceira pessoa para se concretizar, na coparentalidade a formação familiar é concebida como um projeto necessariamente compartilhado com um terceiro.

Ao tempo em que este trabalho era escrito, em meados de julho de 2019, o grupo era administrado por quatro mulheres e contava com cerca de 5.876 membros. Desde que ingressei na comunidade, em 11 de junho de 2017 – há, portanto, dois anos – a tendência é o crescimento deste número: em março de 2018, eram 3.939 membros; em maio de 2019, já se somavam 5.677, quantidade que, como se pode perceber, também aumentou no intervalo de dois meses.

Como já mencionado, minha participação nestes dois anos foi baseada na observação não interativa (*lurker*). Nunca me manifestei em postagens – seja para comentar, seja para curtir – e tampouco abordei os membros via *inbox*, isto é, por meio de mensagens particulares. Durante este período, porém, mantive registros de determinadas postagens e interações entre os demais participantes através de capturas de tela, que são sistematicamente salvas em uma pasta do computador após a omissão de nomes e imagens. As capturas são fundamentais, aqui, por fornecer alguma estabilidade a registros que são, por natureza, instáveis: as postagens e comentários podem, a qualquer momento, ser excluídas ou modificadas por seus criadores.

² Entendo parentalidade, aqui, como um processo que vai além do aspecto biológico, compreendendo a dimensão psicológica – o desejo/intenção de ser pai ou mãe – e social – o reconhecimento externo da *aptidão para* ou da *qualidade de ser* pai ou mãe (ZORNIG, 2010; ALLEBRANDT, 2011).

Todo material coletado é de domínio público, de acordo com o art. 1º, III da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Apesar disso, para preservar a identidade dos atores envolvidos, optei por substituir os nomes de usuário pela alcunha “Mulher XX” ou “Homem XX”. Na discussão sobre as narrativas, ainda, os trechos que aparecem citados diretamente estão preservados na sua escrita original, incluindo particularidades de linguagem e erros de digitação. Fragmentos que pudessem fornecer qualquer informação sobre localização ou identidade foram excluídos.

Resultados e discussão

Como é comum aos grupos temáticos de Facebook, o “Barriga de aluguel, solidária e coparentalidade” é usado por seus membros como espaço de desabafos, de troca de experiências e de aprendizagem coletiva acerca das diferentes formas de parentalidade delimitadas em seu título.

No espaço circunscrito do grupo (se é que é possível haver circunscrição na internet), os participantes compartilham conceitos e categorias próprios, que prescindem de explicação para transmitir significados e valores específicos. É o caso dos vocábulos “gestação de substituição” e “cessão temporária do útero” empregados nas normas técnicas, que se tornam, no uso corriqueiro das redes, “barriga solidária”³ e “barriga de aluguel”⁴.

O emprego dos termos, porém, não necessariamente corresponde às definições técnicas. Neste sentido, é interessante observar a resposta apresentada por uma das mulheres do grupo, em resposta ao questionamento de um recém-ingresso membro do grupo acerca da diferença entre as práticas:

Barriga de aluguel a mulher precisa da grana para seus projetos pessoais, sendo assim, ela troca sonhos: Eu realizo o seu de ser pai e vc realiza o meu que depende de dinheiro... eu sou B.A e estou em negociação com alguns casais afim de que aconteça de forma correta, responsável, justa e comprometida.

Barriga solidária é a pessoa que realizou todos os seus sonhos, não precisa de dinheiro no momento e se sensibiliza com o sonho alheio de casais que não podem ter filhos. Sendo assim, ela oferece seu corpo por puro amor à causas alheias. (Mulher 1, em 07 de junho de 2019)

³ O termo faz referência às formas de gestação de substituição não onerosas, previstas pela Resolução nº 2.168/2017 do Conselho Federal de Medicina.

⁴ Prevista na Resolução como prática ilícita, denominada como “cessão temporária de caráter lucrativo”.

Faço atenção para o fato de que “barriga solidária” e “barriga de aluguel” – bem como suas siglas BS e BA, respectivamente – são empregados como substantivos aptos a designar procedimentos ou indivíduos. Assim, uma mulher pode *ser* ou *se submeter a* BA/BS⁵. Por sua vez, o termo que costuma designar aqueles que estão em busca de uma gestante é, simplesmente, “pais”.

Ainda que expresse uma convenção ou um hábito, a escolha dos termos representa uma clara marcação quanto ao papel dos atores nas relações de parentalidade. Ser uma *barriga* é muito diferente de ser uma *mãe*; embora a mesma mulher possa desempenhar ambos os papéis, claramente não o faz no mesmo contexto. A seu turno, *ser pai*, no âmbito do grupo, não demanda correlação biológica ou sequer a existência física de um filho; a identidade se constitui pelo *desejo de*⁶.

Também pode ser identificada, na fala da Mulher 1, a reverberação de alguns valores e crenças bastante difundidos no grupo. O primeiro deles é a associação entre gestação/maternidade e *sonho*, desejo positivamente valorado⁷. Embora não haja, aqui, espaço para o desenvolvimento desta hipótese, suponho que esta associação se relacione ao que outras pesquisadoras já identificaram como *estigma da infertilidade* (CORRÊA, 2001; DINIZ, 2002) e *idealização da maternidade* (BADINTER, 1981; TOURINHO, 2006).

Outro elemento identificado é a compreensão da existência de reciprocidade e paridade nas relações entre as mulheres gestantes e os futuros pais, isto é, a ideia de que ambos atores possuem interesses coincidentes e que podem se ajudar. O dinheiro oferecido à gestante, assim,

⁵ A forma como estes termos são grafados, bem como as construções frasais específicas, podem variar bastante, como sói acontecer na comunicação virtual. Assim, encontram-se, para o termo “barriga de aluguel”, por exemplo, grafias como b.a, ba, B.A. e variantes, nenhuma das quais parece causar estranhamento entre os membros do grupo.

⁶ Esse tipo de formação de identidade parental já foi identificada em outros sistemas de parentesco, nos quais a figura do que entendemos por pai ou mãe passa, muitas vezes, ao largo do liame sanguíneo/biológico. A título de exemplo, há o relato clássico de Malinowski acerca do *Baloma*, entre os trobriandeses. À época de seu trabalho de campo, era comum que homens se ausentassem em longas expedições, chamadas de *kula*, nas quais trocavam bens, símbolos e outros valores. Ocorria muitas vezes que suas esposas, durante esse período de ausência, acabassem engravidando, sem que houvesse quaisquer julgamentos sobre com quem e com quantos havia mantido relações sexuais. Malinowski questionava o quanto, afinal de contas, esses homens sabiam que não eram “pais de seus próprios filhos”, uma vez que não eram seus progenitores “sanguíneos”. A resposta era estreitamente lacônica: ‘os filhos são meus, minha mulher apenas se relacionou com outros’ (MALINOWSKI, 2009).

⁷ Esta associação é diametralmente oposta à situação verificada em relatos virtuais realizados em grupos e comunidades sobre aborto (DUARTE, MORAES, ANDRADE, 2018), por exemplo, em que a gestação/maternidade é negativamente valorada.

seria uma retribuição justa e livremente acordada – o que contrariaria o entendimento da Resolução nº 2.168/2017⁸.

Ainda quanto ao vocabulário compartilhado, também chama a atenção o emprego de termos técnicos, oriundos da prática biomédica, fenômeno que se assemelha ao constatado em grupos de “pacientes informados” (PEREIRA NETO et al, 2015). A título de exemplo:

Olá pessoal. Procuo uma mãe gestacional para gerar embriões congelados por fertilização *in vitro*. A recomendação médica é q a gestante tenha no máximo 2 filhos com histórico de gestação sem complicações com idade limite de 35 anos e não estando com sobrepeso. Tenho procurado, com preferência, por candidatas solteiras e que possa ficar na nossa casa no período gestacional p melhor acompanhando já que a gestação é de risco. Falar no privado as interessadas aonde esclareço todo sobre o procedimento. Grato. (Homem 1, em 22 de março de 2018)

Buscamos (eu e meu companheiro) por uma barriga solidária que aceite os termos previstos no CRM, somos um casal homoafetivo e temos um sonho de completar nossa família. Será por FIV. (Homem 2, em 02 de maio de 2019)

Na fala do Homem 2, não apenas há referência direta aos termos da Resolução nº 2.168/2017 do Conselho Federal de Medicina (CFM), como são utilizadas, sem necessidade de explicação, siglas como FIV (Fertilização *in vitro*) e CRM (Conselho Regional de Medicina)⁹. Neste sentido, importa notar que, dentre os onze comentários feitos na postagem, nenhum solicitou maiores detalhes ou explicações quanto à terminologia empregada. Quanto ao Homem 1, observa-se o uso da linguagem médica enquanto argumento para a priorização de escolhas, muito embora os termos utilizados não correspondam ao encontrado na Resolução.

O trecho referente ao Homem 2 também merece destaque por apresentar um elemento recorrente nas postagens do grupo, isto é, o estabelecimento de critérios acerca da residência da mulher gestante durante a gravidez. Destaco-o, primeiramente, porque exigências deste tipo e suas similares – que estabelecem que as gestantes não bebam, não fumem etc. – podem oferecer riscos à liberdade de autodeterminação destas mulheres¹⁰.

Mais do que isso, porém, esse tipo de qualificação (disponibilidade ou não de mudar de cidade durante a gravidez) faz parte do conjunto de informações que compõem o perfil das mulheres que se dispõem a ser barriga de aluguel. Também integram esse conjunto dados como

⁸ Existem, no grupo, postagens voltadas à mobilização e à reivindicação pró legalização da barriga de aluguel, tendo chegado a circular, inclusive, abaixo-assinado virtual neste sentido.

⁹ Apesar de não serem os órgãos responsáveis pela elaboração da norma, os Conselhos Regionais de Medicina têm competência para avaliar os casos de gestação de substituição em que a gestante não é parente de até 4º de um dos genitores. Como parece ser este o caso em tela, compreendo que o equívoco quanto à sigla é justificável, não demonstrando desconhecimento do Homem 1, pelo contrário.

¹⁰ Já desenvolvi esta ideia em outra ocasião, vide DANTAS, 2018.

características estéticas gerais (altura, cor dos olhos e dos cabelos, tipo físico), idade, histórico de saúde, número de filhos, forma de inseminação de preferência (caseira ou clínica), disponibilidade de uso dos próprios óvulos, dentre outras. É o caso do relato abaixo:

Meu nome é [nome feminino] tenho [xx] anos, moro em [cidade], doadora de sangue desde os 18 anos, saudável, não bebo, não fumo e não tenho nenhum tipo de doença, cabelo loiro escuro acinzentado (natural) e olhos castanhos claros, cabelos cacheados (natural), busco ajudar alguém a melhorar a sua vida realizando um sonho, e ao mesmo tempo obter meios para realizar os meus, me disponibilizo para B.A sendo com material genético do cliente ou o meu mesmo, não tenho filhos e nem pretendo ter, residencia fixa, valores e condições no inbox... foto minha aos 5 anos [há a foto de uma criança anexada à postagem]. (Mulher 2, em 16 de julho de 2019)

A presença dessas informações na forma de se apresentar das mulheres, isto é, na composição de suas identidades dentro do grupo, não é imotivado. Todos esses elementos refletem qualidades associadas não necessariamente a uma boa mãe, mas a uma boa gestante ou, nos termos do grupo, a uma boa barriga. Acredito que essa observação pode se beneficiar, no futuro, de análises a partir de categorias como vulnerabilização/instrumentalização do corpo feminino (DONCHIN, 1996; PURDY, 1996; BRAUNER, 2003) e hierarquias reprodutivas (SHANLEY, 2001; MATTAR, DINIZ, 2012).

Por fim, o último aspecto que gostaria de comentar diz respeito aos medos e receios compartilhados pelos membros do grupo. Por parte das mulheres gestantes, é possível verificar ciência quanto a algumas das possíveis vulnerabilidades associadas à prática da barriga solidária ou de aluguel. Costumam-se expressar preocupações quanto à relação com os futuros pais; à exploração de seus corpos além dos termos acordados; à fraude e ao calote; à ilegalidade e à responsabilização legal; à opinião pública e ao julgamento externo; e, predominantemente, ao risco de, diante do abandono dos pais, ter que cuidar da criança concebida. As falas seguintes exemplificam algumas destas apreensões:

Minha opinião... É que nós como o instrumento que permitirá a vinda de um ser humano à vida, mesmo que nao sejamos os pais biológico, acredito que também temos responsabilidades de pesquisar os "possíveis pais" procurar conhece-los, não fazer nada na ilegalidade. Procurar nos proteger de todos os aspectos.

Existe um mercado negro de adoção que eles querem brancos de olhos azuis... e até mesmo de venda de órgãos para países estrangeiro... que esses "pais" podem muito bem estar envolvido... então é sua resposabilidade conhecer pra quem vc estará gerando...

Tomem cuidado!!!! Procura conhecer pessoalmente, não façam acordos apenas pela internet..... conheça eles! Faça um vínculo de amizade, faça um contrato legal assinado por ambas as partes, nao assinem nada sem consultar seu advogado.

Se preocupe com sua saúde.. exija que os pais paguem um plano de saúde bom que cobre bons hospitais. Não é tão caro diante da segurança que vc terá caso aconteça algo inesperado... .. cerca de 700 reais .. começa a pagar um mês antes de insiminar mais 9 meses de gestação

Não aceitem insinuação caseira... Isso significa que o óvulo é seu... E o esperma do pai... Mas .. e se ele tiver doença? E depois? Vc vai entregar seu filho? Se o óvulo é seu.. o filho é seu...

Enfim... Vejo algumas mulheres dando valores quase que simbólico... Dizendo que é pra ajudar... desculpa mas eu não acredito que uma pessoa vai colocar sua vida em risco (porque nenhuma gestação é igual a outra, se suas outras gestações foram tranquilas.. que bom .. mas essa pode não ser e vc ter complicações e até morrer)

Por seu corpo, sua beleza e sua vaidade... Em risco.. porque você vai se encher de marcas e estrias. Por a sua liberdade em risco... Porque por mais que seja simbólico há uma cobrança, e isso é ilegal no nosso país. Por um estranho "só pra ajudar"... (Mulher 3, em 15 de maio de 2018, aspas no original).

Boa noite , alguém aqui já conseguiu ser b.a ou solidária ? Como foi a experiência? Deu tudo certo ? Tenho medo do casal desistir e eu acabar tendo q ficar com a criança ou dar p adoção! (Mulher 4, em 27 de abril de 2019)

Os atores que buscam a gestação de substituição, por sua vez, costumam expressar temores associados à relação com as mulheres gestantes; à experiência de novas frustrações na realização do projeto parental (ante um histórico de tentativas de superação da infertilidade ou de adoção); a fraudes e estelionatos. Neste sentido, verificam-se postagens voltadas a denúncias de supostos enganadores ou enganadoras:

Essa pessoa de nome [nome feminino] está aplicando golpes dizendo ser B.S. Tenho informações que ela vai para [cidade x]. Tomem cuidado... Ela tem uma cicatriz [parte do corpo]. (Homem 3, em 27 de janeiro de 2019)

[A postagem acompanha uma foto e uma captura de tela que mostra o perfil de um homem no Facebook] Meninas cuidado Golpista diz estar interessado em barriga de aluguel , mas é tudo mentira eu e mais uma moça quase caímos no golpe. Se este homem entrar em contato com vocês denunciem é golpe qualquer duvidar entrar em contato imbox alugar barriga não é prostituição tenho provas do que estou falando. (Mulher 5, em 13 de janeiro de 2018)

Estes relatos, como os demais aqui apresentados, podem nos ajudar a iniciar, no futuro, discussões mais amplas e profundas acerca das sociabilidades, da segurança e, principalmente, das relações de poder nas redes sociais.

Considerações finais

Esta breve análise buscou, além de apresentar alguns elementos que compõem a experiência virtual dos sujeitos que circulam em um grupo de redes sociais voltado à gestação de substituição, avaliar a possibilidade de aplicação da etnografia virtual enquanto metodologia apta a proporcionar diferentes leituras aos campos da parentalidade e das novas tecnologias reprodutivas.

Ainda que este objetivo inicial e exploratório tenha sido alcançado (espera-se!), este trabalho está longe de cobrir todos os fenômenos e manifestações que percebi no campo. Muitas perguntas ainda merecem ser feitas: o que os membros do grupo compreendem como família? E quanto às mulheres, o que entendem ser/significar a maternidade? De que forma os processos debatidos no meio virtual podem se refletir em seus corpos e em suas vidas *offline*? Nesse contexto, o que as fronteiras *on* e *off* (se elas existem) representam?

Além disso – e muito embora considere a observação não interativa como um método apto a desvelar liames muito instigantes –, acredito que abordagens interativas (*insider*) podem proporcionar resultados mais aprofundados, em especial no que se refere às experiências e às motivações das gestantes de substituição.

Ademais, a internet oferece outros possíveis caminhos para promover a aproximação entre pesquisador e sujeitos. É o caso de abordagens diretas por meio de mensagens privadas e de entrevistas por áudio/vídeo, que podem ser mediadas via Skype, Facetalk, Whatsapp Video, dentre outros sites e aplicativos.

Quanto ao “Barriga de aluguel, solidária e coparentalidade”, procurei indicar algumas perspectivas de análise e chaves interpretativas que considero pertinentes à leitura das informações coletadas, mas que não puderam ser detalhadamente exploradas nesta ocasião. Estas não correspondem de forma alguma, porém, a um rol exaustivo de eixos de investigação. Ao contrário, as possibilidades oferecidas pelo campo – bem como pela interação entre redes digitais e novas tecnologias reprodutivas – parecem inesgotáveis. Pretendo seguir abordando-as – tanto melhor se for acompanhada.

Referências

ALLEBRANDT, Débora. Perspectives théoriques dans l'étude de la famille, de l'enfance et de la parenté: un regard à partir de la comparaison entre adoption et P.M.A. *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, v. 8, n. 2, Montréal, online, jul./dez. 2011.

BADINTER, Elisabeth. *¿Existe el amor maternal?* Historia del amor maternal - Siglos XVII al XX. Barcelona: Paidós-Pomare, 1981.

BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. O uso da observação participante em pesquisas realizadas na área do Direito: desafios, limites e possibilidades. In: Machado, Maíra Rocha (Org.). *Pesquisar empiricamente o direito*. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

BECKER, Howard. A epistemologia da pesquisa qualitativa. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, São Paulo, vol. 1, n. 2, p. 184-199, jul. 2014.

BRAUNER, Maria Claudia Crespo. *Direito, Sexualidade e Reprodução Humana – Conquistas médicas e o debate bioético*. Rio de Janeiro, São Paulo: Renovar, 2003.

CORRÊA, Marilena Villela. *Novas tecnologias reprodutivas: limites da biologia ou biologia sem limites?* Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

DANTAS, Ana Carolina Lessa. *Do vosso ventre: autonomia sobre o próprio corpo e autodeterminação da gestante de substituição à luz do direito brasileiro*. 2018. 71f. Monografia (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

DINIZ, Debora. Introdução. In: DINIZ, Debora; BUGLIONE, Samantha (Org.). *Quem pode ter acesso às tecnologias reprodutivas? Diferentes perspectivas do direito brasileiro*. Brasília: Letras Livres, 2002.

DONCHIN, Anne. Feminist critiques of new fertility technologies: implications for social policy. *The Journal of Medicine and Philosophy*, Oxford, v. 21, p. 475-498, 1996.

DUARTE, Nanda; MORAES, Lorena; ANDRADE, Cristiane. A experiência do aborto na rede: análise de itinerários abortivos compartilhados em uma comunidade online. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 23, n. 10, Rio de Janeiro, p. 3337-46, out. 2018.

ESCOBAR, Arturo. Bem-vindos à Cyberia: notas para uma antropologia da cibercultura. In: SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos (Org.). *Políticas etnográficas no campo da cibercultura*. Brasília: ABA, 2016.

GUBER, Rosana. *La etnografía: método, campo y reflexividad*. Bogotá: Norma, 2001.

GUIMARÃES JR, Mário J. L. Doing Anthropology in Cyberspace: fieldwork boundaries and social environments. In: HINE, Christine (Org.). *Virtual Methods: issues on social research on the internet*. New York, London: Berg, 2005.

HART, Keith. Notes towards an anthropology of the internet. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, n. 21, p. 15-40, jan./jun. 2004.

HINE, Christine. *Virtual ethnography*. London: Sage, 2000.

_____. *Ethnography for the internet: embedded, embodied and everyday*. London: Bloomsbury Academic, 2015.

JONES, Steve. *Doing Internet Research: critical issues and methods for examining the net*. London: Sage, 1998.

MILLER, Daniel; SLATES, Don. *The Internet: an ethnographic approach*. Oxford: Berg, 2001.

MACHADO, Mônica. A teoria da antropologia digital para as humanidades digitais. *Revista Z Cultural*, Rio de Janeiro, n. 2, ano 12, 2017.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Baloma; the Spirits of the Dead in the Trobriand Islands* [ebook]. Library of Alexandria, 2009.

MATTAR, Laura Davis; DINIZ, Carmen Simone Grilo. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres. *Interface – Comunicação, saúde, educação*, v. 16, n. 40, p. 107-119, 2012.

MURTHY, Dhiraj. Digital Ethnography: an examination of the use of new technologies for social research. *Sociology*, v. 42, n. 5, London, p. 837-855, out. 2008.

OLIVEIRA, Guilherme Freire Falcão de. *Mãe só há uma ~~duas~~!*: o contrato de gestação. Coimbra: Coimbra Editora, 1992.

PEREIRA NETO, André; et al. O paciente informado e os saberes médicos: um estudo de etnografia virtual em comunidades de doentes no Facebook. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 22, supl., p. 1653-71, dez. 2015.

PURDY, Laura M. A feminist view of health. In: WOLF, Susan (Ed.). *Feminism and bioethics: beyond reproduction*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SHANLEY, Mary Lyndon. *Making Babies, Making Families*; what matters most in an age of reproductive technologies, surrogacy, adoption, and same-sex and unwed parents. Boston: Beacon Press, 2001.

STIRLING, Eve. “I’m Always on Facebook!”: exploring Facebook as a mainstream research tool and ethnographic site. In: SNEE, Helene (ed.). *Digital Methods for Social Science: an interdisciplinary guide to research innovation*. Hampshire, New York: Palgrave Macmillan, 2016.

TOURINHO, Julia Gama. *A mãe perfeita: idealização e realidade - algumas reflexões sobre maternidade*. IGT na rede, v. 3, n. 5, Rio de Janeiro, p. 1-33, 2006.

ZORNIG, Silvia Maria Abu-Jamra. *Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade*. Tempo psicanalítico, v. 42, n. 2, Rio de Janeiro, p. 453-470, 2010.